

os de maior valor patrimonial — daqueles que eram «insignificantes», quer dizer, aqueles que, pelo seu pouco valor, apenas obstaculizavam as transacções comerciais. Na sequência desta distinção, a vinculação só foi autorizada para os primeiros, o que acabou por libertar um volume considerável de bens fundiários e abrir as portas à sua «mercantilização». No que toca às heranças, o Desembargo do Paço procurou exercer um controlo mais efectivo sobre a transmissão de bens vinculados e de doações régias, tendo favorecido, em certos casos, alterações importantes no regime sucessório, o que também conduziu a uma maior mobilidade do património.

Como se pode constatar a partir desta breve descrição, estamos perante um estudo extremamente ambicioso sobre um tema decisivo da história do processo político e da cultura jurídica do Portugal de finais do Antigo Regime. Em termos teóricos, José Subtil revela estar a par das mais recentes propostas interpretativas. No plano metodológico, este estudo constitui, em muitos aspectos, um caso exemplar. Assente num profundo conhecimento do material empírico, este trabalho de José Subtil deverá ser o primeiro de uma série de biografias das diversas instituições que integravam o sistema político do Antigo Regime. Só assim será possível avaliar toda a diferença cultural que nos separa dessa política tão diferente da actual.

*Helena Murteira, Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa, Presença, 1999.

Os estudos urbanísticos são de formação relativamente recente e, mantendo fronteiras algo difusas, têm sido reivindicados por um conjunto de áreas de estudo alargado que se estende das disciplinas mais *técnicas* às mais *sociais*. Hoje gozam mesmo de uma dignidade académica autónoma. Se podemos reconhecer alguma unidade a todas estas zonas de estudo, isso deve-se ao facto de todas elas tomarem a cidade como unidade de análise. De facto, o complexo jogo de factores concorrente para a formação da realidade urbana, a constante mutação a que estão sujeitos os equilíbrios envolvidos e, finalmente, a premência dos problemas colocados fazem da cidade uma realidade poliédrica, território fértil para um encontro interdisciplinar. Helena Murteira desenvolveu a investigação que este livro nos apresenta no contexto de um curso de mestrado em História da Arte, mas esta é uma leitura que interessará a outras áreas de conhecimento.

Ao adoptar um ponto de vista que se quer *total*, a autora procurou entender a cidade como uma globalidade orgânica, identificando problemas, situando os agentes envolvidos na sua resolução e caracterizando as suas diferentes intervenções, considerando os expedientes legislativos a que se vai recorrendo, sem esquecer, finalmente, o sistema de ensino em

processo de consolidação em vários pontos do país e do império de que Lisboa é capital.

Deste posicionamento académico resulta um dos méritos deste estudo: o de questionar, de alguma maneira, a própria disciplina no interior da qual se produz. De facto, ao longo do texto, o leitor não encontrará, por exemplo, muitas referências a uma categoria normalmente tão recorrente no discurso da historiografia da arte como a de *estilo*. Do mesmo modo, não se procurou agrupar um conjunto de entradas relativas às obras arquitectónicas que com maior visibilidade marcaram a cidade no período em questão, nem mesmo avaliar da sua representatividade enquanto obras *maneiristas* ou *barrocas*. Não que estas questões não sejam tratadas; são-no. Mas elas não constituem o núcleo central deste estudo, já que ele se propõe considerar a cidade como um todo (como a autora repete várias vezes) e não como uma soma de partes.

Não se tratando de uma completa novidade, é ainda um modo de abordagem suficientemente frágil para que Helena Murteira sinta pontualmente a necessidade de lembrar ao leitor a sua opção por uma focagem que se quer *totalizante*, e não *parcelar*.

No contexto dos estudos sobre Lisboa, a autora optou por um período que, na razoavelmente abundante literatura sobre a cidade, não tem sido objecto da atenção sistemática que aqui se procurou. O reinado manuelino, momento alto de um processo de expansão centrado em Lis-

boa, obrigou a cidade a um esforço de crescimento e reformulação que tem sido bastante estudado. Por outro lado, a cidade reconstruída depois do terramoto de 1755 foi objecto de uma investigação de José Augusto França, hoje tida como paradigma dos estudos urbanísticos em história da arte, como, aliás, reconhece a autora. Relativamente ao que se passou entre estes dois momentos históricos, não pode falar-se de uma inexistência de estudos, mas está ainda por tentar uma visão sintética que forneça uma panorâmica consistente.

Procurou-se com esta investigação lançar as bases indispensáveis para que essa síntese possa fazer-se. Aliás, esta edição tem o cuidado de, numa (sempre útil) nota biográfica sobre a autora, informar o leitor do percurso profissional de Helena Murteira, que está neste momento a preparar doutoramento sobre o *Lugar de Lisboa na Europa Moderna*, comparando as realidades urbanas portuguesa e britânica nos séculos XVII e XVIII, estudo que certamente não poderia ser feito sem a execução prévia desta tese de mestrado.

Adoptam-se então, como balizas cronológicas, dois *événements*: os acontecimentos de 1640, que *restauraram* a independência portuguesa, e o terramoto de 1755, que destruiu grande parte do objecto aqui analisado. Entre os dois, a autora começa por identificar as necessidades mais urgentes da cidade e estas, como seria de esperar, revelam-se, antes de mais, muito pragmáticas: é preciso

defender a cidade (o contexto é de guerra), viabilizar a circulação no seu interior, garantir a sua limpeza e o seu abastecimento de água. Uma vez estabilizada a situação política e desafogados os cofres da Coroa (graças ao ouro brasileiro que abunda no reinado de D. João V), será então possível pensar a cidade como capital de uma corte com um projecto arquitectónico-urbanístico que funcione como sua *imagem oficial*.

Ao percorrer as soluções que foram encontradas para tentar resolver estes problemas, este estudo abarca objectos tão distintos como uma rua que se abre ou alarga, um cais que se regulariza ou constrói, uma nova e imensa muralha (possivelmente a mais importante obra do período e, por isso, das mais discutidas e alteradas e deixada incompleta), capelas ou casas particulares que reivindicam chão público para crescer, um novo palácio e uma nova patriarcal (nunca realizados de acordo com o projecto original, apesar de toda a prosperidade) de uma cidade que se desdobra em duas e, finalmente, um aqueduto que se transformará em símbolo maior da capital, capaz mesmo de resistir ao terramoto.

Através destas obras vamos descobrindo uma cidade que procura fazer face às urgências do estado de guerra, mas também do aparecimento de um novo protagonista na vida urbana, o coche, ou de um ideal de regularidade que os agentes envolvidos vão reivindicando para a capital, uns e outro incompatíveis com a apertada malha herdada de tempos

anteriores. Coroa, câmara e particulares vão, assim, estabelecendo tensões e encontrando equilíbrios, socorrendo-se de uma prática de intervenção apoiada num corpo legislativo que se acumula, formando um pensamento urbanístico que se consolida, recorrendo às competências disponíveis (pedreiros e marceneiros, arquitectos, engenheiros militares ou simples curiosos) e procurando colmatar a fragilidade desta mão-de-obra pouco especializada através da organização de um ensino estruturado.

Como seria de esperar (embora ainda nem sempre admitido), relativamente ao período imediatamente anterior, a Lisboa da Restauração constitui uma continuidade, e não uma ruptura. O capital humano, técnico e prático acumulado durante os reinados filipinos será então potenciado para responder aos problemas que se colocam. E, da mesma maneira, as competências e expedientes que serão evocados depois do terramoto formam-se durante os mais de cem anos aqui analisados. Nomes como os de Carlos Mardel, Eugénio dos Santos ou Manuel da Maia surgem várias vezes ao longo deste texto. Do mesmo modo, o ideal de regularidade que a cidade pombalina consagrará está em formação neste período. Até a ideia do afastamento do palácio real do centro da cidade data já do reinado de D. João V.

A cidade da Restauração revela-se então como a continuidade do que a precede e a preparação da capital das luzes que Pombal fará erguer. A opção por uma abordagem

*totalizante*, a única que pode realmente abarcar toda a realidade urbana, permite analisar o conjunto dos problemas, competências, expedientes, agentes e soluções capazes de devolver à cidade toda a sua complexidade e riqueza. Este estudo realiza, assim, o projecto de lançamento das bases de um encontro de interesses diversificados que se propõe.

NUNO SENOS

*Maria José Moutinho Santos, A Sombra e a Luz, as Prisões do Liberalismo*, Lisboa, Afrontamento, 1999.

Quando, em 1984, me interessei pelos problemas postos pelo sistema prisional, o meu objectivo era, na altura, o de medir o grau de inovação política dos nossos primeiros liberais num dos pontos mais emblemáticos do novo poder, a saber, as noções de crime e de castigo. E, de facto, a novidade foi indiscutível, quer vista em comparação com o Antigo Regime em Portugal, quer na relação com as vanguardas no direito penal internacional, tanto legistas como políticos e doutrinários.

A justificação teórica pela valorização deste objecto de estudo tem a ver com o facto de a emergência do sistema prisional, como instrumento de poder, não se reduzir apenas à particularidade de um determinado

modelo de punição ou à metamorfose dos fundamentos penais.

Ao lado de outros dispositivos, como os asilos e as escolas, a prisão constitui o que Michel Foucault designou por surgimento de uma sociedade confessional e normativa em que a identificação e clarificação da «verdade» se faz através da classificação do que se afigura como extravagante ou anormal e, conseqüentemente, da terapêutica da sua regeneração no sentido da devida correcção. O processo decorre através, ou das confissões, ou das indagações que permitam ao afeitor da verdade (o padre, o carcereiro, o psiquiatra, o professor) definir as assimetrias e estabelecer o plano das reabilitações.

Por isso, dispositivos que permitam a vigilância dos comportamentos e o recato da confissão estão associados a ambientes que organizam a coinceneração dos defeitos e desvios, produzindo a verdadeira «verdade» imersa no novo paradigma da disciplina social moderna, emergente também numa nova modernidade racional que hoje se julga esteja a definir à porta das pós-modernidades.

Esta é ainda a grande razão que, no meu entender, estimula o estudo e a investigação sobre as prisões. Admito, neste como em tantos outros casos, que a velha capacidade narrativa da história pouco poderá contribuir para a indagação adequada deste género de problemas. De facto, os poderosos quadros teóricos de outras ciências sociais, nomeadamente da sociologia, parecem-me os mais aconselhados para a interpreta-